

Misérias, simbolismos e poderes

José Carlos Rodrigues¹

Resumo: *Relações entre sociedades e seus correlativos culturais.*

Palavras-Chave: *Poder, economia, cultura*

Parece cada vez mais claro que o entendimento da humanidade se distancia muitíssimo daquela natureza que pôde ser sintetizada no *Homo oeconomicus*, tão ao gosto do pensamento e do sentimento de burgueses e proletários. É bastante óbvio, à primeira vista, que qualquer sociedade humana deva necessariamente viabilizar existência biológica de sua população — sem o que esta sociedade não poderia existir. E isto é muito claro, uma vez que uma sociedade humana só se pode construir com seres humanos vivos. Neste sentido, qualquer sociedade será sempre um viabilizador de existência humana: para que exista sociedade será preciso antes de tudo permitir que corações pulsem, que pulmões aspirem e expirem, que estômagos funcionem e processem alimentos, que sangue circule e irrigue órgãos. Em suma, qualquer sociedade humana terá que viabilizar o que vou chamar, para nossa reflexão, de *primeiro plano*, isto é, a existência biológica, a conservação orgânica, de seres humanos.

Acontece que esta exigência em nada é característica distintiva da sociedade humana. À imposição do primeiro plano também devem se curvar as abelhas, os chimpanzés, as comunidades botânicas, os microorganismos... Visto desse modo (mas apenas assim, pois o assunto é bem mais complexo), muito pouco existe de especificamente humano no primeiro plano: por isso, ele não constitui um caminho luminoso para a antropologia. O que faz de uma vida uma vida humana não é simplesmente o pulsar do coração, o respirar dos pulmões ou os movimentos do aparelho digestivo. Em si mesmos estes verbos poderiam fazer qualquer vida. O que faz de uma vida uma vida humana é falar uma língua, são as artes, a dança, a religião, a magia, os mitos, a educação das crianças, os ritos fúnebres, o culto aos ancestrais, a observância das tradições, o riso, o humor... Enfim, o que faz do homem homem é tudo aquilo que se poderia ir enumerando e que não depende nem deriva diretamente da mera existência orgânica.

A existência do homem não é simples sobrevivência biológica. O fundamental dela reside em um *segundo plano* da experiência, que normalmente os antropólogos chamam de *simbólico* e que envolve as mitologias, os ritos, as religiões, as línguas, os costumes, os saberes... Nem de longe o homem pode ser visto como ser movido

¹ Insira aqui instituição e e-mail do primeiro autor. PUC-Rio jcsrodri@terra.com.br

apenas pelo estômago: por isso é preciso que em sua vida pulsem também o intelecto, a imaginação, assim como as emoções caracteristicamente humanas. Observemos, antes que venham as críticas, que não se trata aqui de qualquer idealismo metafísico, pois este segundo plano obviamente não cai pronto do céu. Ele deve ser materialmente possibilitado, tanto quanto se deve viabilizar materialmente o pulsar dos corações.

É preciso considerar também que nenhuma sociedade humana vive só no Planeta. Esse é talvez o ponto talvez mais importante no nosso raciocínio presente, para o qual pediria a reflexão do leitor. Não existem sociedades solitárias e é preciso considerar as implicações disso. Assim como os homens convivem em sociedades, as sociedades coexistem entre si, ainda que esta convivência se dê algumas vezes de maneiras mais ou menos indiretas, conflituais, infreqüentes ou intermitentes. Salvo circunstâncias provisórias e excepcionais que as isolam (um acidente ecológico, por exemplo, ou um fechamento político circunstancial) são quase impossíveis de se encontrarem sociedades vivendo em ilhas ou clareiras - não no sentido próprio, evidentemente, mas na acepção metafórica de estarem cortadas de relações com outras e de serem sociedades fechadas sobre si.

Os antropólogos de hoje em geral sabem que são inexistentes as sociedades rigidamente delimitadas. São raríssimas aquelas que apresentam uma coerência perfeita que as fazem parecer sistemas quase algébricos por dentro e quase geométricos em seus perímetros. São praticamente impossíveis de se encontrar sociedades que vivam “no presente etnológico”, como muitas vezes são estudadas. O presente etnológico é um artifício de pesquisa que consiste em fazer abstração das efetivas situações de vida dos seres humanos com que o pesquisador se encontra, desprezando-se as interferências de suas relações com membros de outras sociedades. Sabemos que, imaginadas desse modo, essas construções “ideais” constituíram na história da antropologia os modelos mais caros às monografias de inspiração funcionalista. Talvez seja necessário conceder que até mesmo trouxeram uma importante contribuição (datada) ao conhecimento antropológico. Mas devem ser vistas com cuidado, como o que são: não passam de ficções teóricas, representam apenas modelos, resumem-se a construções de laboratório.

As sociedades humanas solicitam a existência de outras até mesmo para saberem quem são, até mesmo para responderem à pergunta “*quem somos nós?*”. Requerem a existência de outras para poderem participar de um jogo de espelhos deformados de identificação e auto-identificação: jogo que consiste em olhar as demais sociedades para descobrir que “nós” somos “nós”, que temos a nossa própria identidade - identidade esta que se tece ao mesmo tempo como o semelhante e o diferente de “eles” ou de “outros”. As várias comunidades humanas e dentro delas os diversos grupos e mesmo indivíduos distinguem-se entre si e se identificam a si próprios exercitando essa distinção-identificação. Independente de que isto se dê às vezes pela guerra, às vezes pela captura, às vezes pela cooperação, às vezes pela aliança... Este *terceiro plano*, que põe em evidência as relações das sociedades entre si, também deve ser materialmente viabilizado por cada uma. Precisa ser efetivamente concretizado seja sob a forma de armas e guerreiros, seja sob a de presentes para os aliados, sob a de comércio...

Em síntese, nenhuma sociedade humana pode se limitar a tornar possível a vida biológica dos seus membros. Nem pode apenas se satisfazer com viabilizar a vida simbólica em si. Toda sociedade precisa materializar também os seus muros e possibilitar concretamente suas relações externas: municiando-se para a guerra, para se expandir ou atacar, para se defender ou evitar ser atacada; preparando-se para o comércio, para enviar a outras sociedades aquilo que estas não têm ou para receber delas aquilo que a própria sociedade não gerou... E isto não apenas no plano econômico: as sociedades humanas não podem escapar de viabilizar materialmente suas relações de trocas intersocietárias, relações que em geral são também de parentesco, de casamento, políticas, religiosas... Cada uma precisa tornar possível uma vida sua fora dos muros de si mesma.

Em relação a este terceiro plano, quer dizer, relativamente às suas relações com o exterior, uma sociedade pode se encontrar em três situações que enumero esquematicamente:

A - Uma sociedade recebe de outra(s) muito mais do que remete para esta(s), sendo, para usar um termo de que não gosto, mas que facilitará o entendimento, *superavitária* quanto a suas relações de troca.

B - Ela poderá estar na situação oposta, sendo *deficitária*, isto é, sugada, explorada, dominada por outra(s), oferecendo de si mais do que recebe de outra(s).

C - Há ainda uma terceira possibilidade, de uma sociedade apresentar uma situação *equilibrada*, em que não seja sistematicamente exploradora de outra(s) nem sistematicamente explorada.

Para a clareza do raciocínio e alcance desta teorização seria importante ressaltar que estou falando de *relações* entre unidades sociais. Em outros termos, utilizando a palavra “sociedade” estou querendo dizer que essas idéias se aplicam tanto à relação de uma cidade com outra, à relação de um país com outro, às relações internas a um país envolvendo diferentes regiões geográficas, às relações que existem entre cidade e campo, às relações entre classes sociais, entre grupos, entre categorias sociais e assim por diante. Aplicam-se até mesmo no que diz respeito às relações das pessoas entre si e à constituição dos seres humanos individuais.

Vale a pena registrar igualmente que neste modelo abstrato estou tratando de situações respectivas e fluidas, de diferenças parciais e móveis, e que a intenção não é produzir uma classificação ou uma tipologia estanque. Isto significa que o fato de uma sociedade, grupo etc. estar em uma situação, por exemplo, A, relativamente a um segundo, em princípio não impede que esteja em outra situação, por exemplo, C, com respeito a um terceiro ou B com relação a um quarto. A idéia principal a retirar dessas situações respectivas, para nossos propósitos presentes é que, segundo cada uma dessas três situações de terceiro plano, coisas diferentes poderão ou deverão ocorrer a uma sociedade (grupo, classe, etc.) com respeito ao plano da existência orgânica e ao da vida simbólica.

*

Vamos considerar primeiro a possibilidade de uma sociedade estar na situação B, “deficitária”. Será obrigada a mandar para fora de si muito mais do que recebe. Em princípio, se essa situação for uma condição contínua, a tendência é que em algum momento esta sociedade se veja na contingência de aplicar cortes em si mesma, obrigada a realizar auto-amputações. Onde fará as incisões que determinarão o sacrifício de si?

Um raciocínio simplista inspirado no *Homo oeconomicus* dirá que essa amputação seria realizada preferencialmente no plano simbólico: menos festas, menos rituais, menos presentes de casamento, menos mitos contados, menos obras de arte, menos funerais, menos cultos religiosos, etc. Mas este é um raciocínio radicalmente não-antropológico. Representa um pensamento que, governado por um economicismo rasteiro, imagina que o segundo plano das sociedades humanas seja secundário, feito de coisas supérfluas, e que o mais importante sempre será a existência orgânica dos seres humanos. Em suma, esse raciocínio está convencido de que os homens prefeririam proceder a amputações nos mitos e nos rituais, não no contingente populacional, na saúde ou na duração da vida.

Talvez seja uma afirmação puramente impressionista de minha parte, mas não parece de modo algum que as pressuposições contidas nesse ponto de vista espelhem o que se pode aprender das lições da antropologia e da história. Pelo contrário, o que se verifica são sociedades sistematicamente reconstruindo suas aldeias ao pé do mesmo vulcão que já tantas vezes entrou em erupção, comunidades que constroem e reconstróem vidas e esperanças nos mesmos territórios que também são cemitérios onde estão os ancestrais. Encontramos também com muita frequência gente que faz pouco caso da ciclicidade das enchentes ou da repetição dos terremotos que levaram os antepassados a perecer e que alega que por nada desse mundo poderia mudar-se e abandonar paisagens e entidades tão sagradas, deixando-as para trás. O que a observação constata significativamente, entre os fatos da história e da antropologia, são pilotos *kamikazes* oferecendo vidas orgânicas em nome da perenidade do imperador. São monges budistas ateando fogo a si mesmos e se transformando em labaredas para protestar contra as crueldades da guerra do Vietnã. São homens-bomba acreditando na liberdade coletiva pelo sacrifício individual. São Estados desenvolvendo armamentos capazes de explodir o Planeta em nome de seus *ways of life*...

A lição antropológica mais crítica é a que apresenta os seres humanos sacrificando muitas vezes voluntariamente suas próprias vidas orgânicas, biológicas, suas vidas individuais, para que continue existindo a vida simbólica e coletiva. Os guerreiros ilustram um pouco isso: em geral eles têm essa dimensão algo suicida que os leva ao risco ou ao sacrifício da vida individual em nome da permanência da coletividade de que fazem parte. Nesta mesma linha, com alguma frequência no Rio de Janeiro na proximidade do Carnaval já houve notícias de pessoas que igualmente preferiam o simbólico ao orgânico e que literalmente venderam o próprio sangue para comprar fantasias e desfilar em suas escolas “do coração”. Um exemplo que nos dá o que pensar. Mas há também exemplos menos nobres ou alegres que nos ensinam o quanto é mais comum fazer os cortes nas

vidas alheias e como é cego este economicismo rasteiro. A própria sociedade brasileira é uma ilustração deste caso, ao condenar frações consideráveis de si à mortalidade infantil, à fome assassina, à diminuição da vida, em função da perenidade de certas estruturas simbólicas.

O ponto que quero enfatizar é que, em princípio, uma sociedade que esteja em situação “deficitária” fará amputações em si mesma. Mas não as fará preferentemente em sua dimensão simbólica. Não as efetuará em seu segundo plano. Preferirá o primeiro, na impossibilidade de subverter o terceiro. É claro que haverá um limite para isto, pois, embora haja exemplos em direção oposta, nenhuma sociedade poderá indefinidamente ir fazendo cortes no seu primeiro plano, sob pena de desaparecer por extinção de sua população. Portanto, presidido pelo cálculo, algum gerenciamento acabará sendo estabelecido obrigatoriamente entre as subtrações feitas no primeiro plano e os saques realizados no segundo.

É em virtude disso que encontramos sociedades que, espoliadas por outras, apresentam dificuldade para viabilizar a vida biológica dos seus membros. Estes muitas vezes são esqueléticos, têm a vida encurtada e são vitimados por toda sorte de doenças parasitárias e infecciosas. Mas não apenas: tais sociedades igualmente se defrontam com toda sorte de obstáculos à geração e à transmissão de seus mitos, de suas tradições, de suas maneiras de trajar, de seus próprios estilos de educar os filhos. No limite, essas coletividades podem até mesmo perder a possibilidade de continuar existindo no local de sua convivência tradicional e seus membros podem ser coagidos ao exílio ou à dispersão. Não é isto, aliás, o que acontece repetidamente com tantos e tantos grupos indígenas, que têm as suas terras invadidas? Com retirantes, que carregam a esperança de se viabilizar biológica e simbolicamente em outro lugar? Não é esta a situação daquelas gigantescas legiões que atualmente partem, quase sempre tentando invadir as cidades, os bairros e espaços das classes privilegiadas, os países do Primeiro Mundo... para tentar se nutrir das migalhas de primeiro e de segundo planos que aí são regurgitadas?

No outro lado, observando as sociedades superavitárias (situação A), ter-se-ia um quadro completamente oposto ao que acabo de expor. Encontraríamos uma sociedade (ou uma classe, uma cidade, um grupo, etc.) praticamente dispensada de propiciar a própria existência orgânica e biológica, uma vez que isso em grande parte será tarefa executada por outros. Trata-se aqui de sociedades ou segmentos sociais em que ninguém tem que se dar ao trabalho, ao esforço ou à transpiração de gerar o que os mantém vivos. Outros carregam este fardo, propiciando-lhes o primeiro plano e permitindo-lhes as nobres atividades do segundo: edificar palácios, templos, pirâmides, obeliscos, muralhas... Obras de mãos escravas, dessas que causam nossa admiração e que povoam os livros didáticos, geralmente ensinando aos jovens o fascínio pelas sociedades e pelos segmentos superavitários. De modo menos evidente, essas mãos escravas são também o que permite aos superavitários fazer turismo, manter exércitos, produzir armamentos, freqüentar cinemas, estádios, museus, galerias, teatros, universidades, bibliotecas, construir teorias, assistir a conferências, ler e escrever artigos de antropologia...

Nos meios sociais superavitários é possível dedicar-se praticamente sem freios a produzir cultura, a gerar, transmitir e decifrar símbolos. As cidades talvez

sejam um bom exemplo disso: em uma metrópole, como sabemos, vivem alguns milhões de pessoas que obtêm o primeiro plano quase apenas em decorrência daquilo que a cidade suga. Nelas habitam pessoas cujas vidas são dedicadas quase exclusivamente ao cultivo do segundo plano, uma condição favorecida por sua cômoda situação superavitária no terceiro. É esta condição que lhes permite os gigantescos espetáculos culturais como os mega-concertos musicais, as olimpíadas e os grandes encontros, como as exposições mundiais. É em virtude desta situação que um autor como David Harvey (2003: 262) pode falar em quinze milhões de obras de arte produzidas por década, apenas em uma cidade como Nova Iorque e somente por artistas que reivindicam a condição de profissionais. E acrescenta: “Isto é somente a ponta de um *iceberg* de produção cultural”. Entretanto, o outro lado desta história é que as metrópoles estão se transformando em quase-tumores sobre a pele do Planeta. Talvez seja por isso que as cidades parecem ter vida relativamente breve (pelo menos se tivermos como parâmetro uma escala antropológica ou arqueológica de duração).

Portanto, existem conseqüências bastante significativas deste modo superavitário de ser, do qual a cidade é uma ilustração forte e cada vez mais ameaçadora. Uma dessas conseqüências, talvez inesperada, é que começam a ser bem reconhecidos os problemas fortemente sintomáticos que atingem o primeiro plano das sociedades que estão na situação A. No caso das sociedades contemporâneas, poderíamos falar da poluição, dos armamentos convencionais, dos arsenais nucleares... Mas prefiro lembrar que pessoas cujo primeiro plano é propiciado por outrem com freqüência são acometidas de males (*stress*, hipertensão, diabetes, câncer, aids, etc.) que muitas vezes derivam de algum(ns) excesso(s), de algum(ns) acúmulo(s). Desses males, a obesidade é um exemplo bastante corriqueiro e ao mesmo tempo fortemente expressivo. Como sabemos, as pessoas dos meios sociais superavitários muitas vezes nem sequer se transportam, já que esta é uma atividade de primeiro plano, que deve ser realizada por outrem ou por máquinas. Não é, pois, pitoresco, revelador e bastante simbólico vê-las correndo nas ruas aparentemente sem razão ou direção? Não é extremamente bizarro observá-las diluindo-se em suor, montadas em máquinas sobre as quais se pode correr e pedalar sem sair do lugar? Na verdade, pateticamente essas pessoas tentam se livrar de um excesso. De uma acumulação que um dia foi capaz de as iludir, mas que já não mais lhes faz bem. Por isso é preciso que corram por correr: apenas para curar ou para prevenir um acúmulo.

O mais relevante para os nossos propósitos neste trabalho são as conseqüências que atingem o plano simbólico de sociedades em situação superavitária: nelas a proliferação quase cancerosa é também de símbolos, ainda que a pululação comunicacional se dê sob a nobre forma de artes, de teorias, de espetáculos, de rituais etc. Comparativamente, os habitantes de sociedades desse tipo estão soterrados sob o segundo plano que produzem ou mesmo que importam de sociedades que estão na situação B ou C para consumo normalmente circunstancial, superficial e efêmero. Um bom exemplo disso é o Ocidente contemporâneo (que, como sabemos, não se limita mais a uma designação geográfica). Os seres humanos aí vivem saturados de imagens, de anúncios, de revistas, de jornais, de mensagens que chegam pela televisão, pelos celulares, pela Internet, pelas viagens, pelo turismo, etc. Sobrevivem sufocados pela poluição de

mensagens que estão também, nas canetas, nos copos, nas camisetas, nos alimentos, nas peles. A “democratização” possibilitada pela miniaturização e pelo barateamento de meios de produzir e de transmitir símbolos parcialmente está transformando o esquema tradicional de comunicação de massa, resultando em gigantesca multiplicação de emissores e acarretando desorientadora proliferação de linguagens.

A imensa maioria dessas linguagens acaba sendo totalmente incompreensível para a maior parte das pessoas. Estas muitas vezes podem vir a se sentir estrangeiras e solitárias em seu próprio domicílio. Como vimos, em qualquer sociedade o segundo plano é por excelência o da diferença e, por conseqüência, o da identidade. Entretanto, em uma sociedade superavitária como o Ocidente contemporâneo, diante da pululação de diferenças que vai ocorrendo toda diferença vai se tornando indiferente e a indiferença vai se impondo de modo cada vez mais intenso... Inflação de símbolos: deste magnificar quantitativo vai resultando uma paradoxal banalização do segundo plano, uma deterioração dos sentidos, uma desvalorização da cultura, semelhante àquela que acontece com o dinheiro em certas economias. Aí está um fenômeno que se tem levado pouquíssimo em consideração: acriticamente nossos olhares com muito mais freqüência estão ocupados em se deixar embevecer pela e em se extasiar com a mera multiplicação quantitativa do segundo plano.

Tímido, mas significativo exemplo do que estou tentando dizer, no momento em que preparava este texto estava sendo veiculado o anúncio de um sistema de TV por assinatura oferecendo cerca de duas centenas de canais de imagem e som transmitidos por satélite artificial. Um extraordinário transbordamento de simbolismo, sem dúvida. Mas também um caso espetacular de banalização. Sem disso em geral se dar conta, cada vez que o receptor sintonizar um dos canais estará automaticamente descartando e desprezando nada menos que duas centenas deles! Outro espectador, talvez mais glutão de símbolos, tentará consumir tudo, zapeando em todas as direções de seu controle remoto: uma procura que provavelmente resultará em nada. Esta banalização é também o que já se faz há algum tempo com os jornais: milhares de cérebros, centenas de páginas, algumas horas — e... lixo! As bibliotecas e livrarias encontram um destino semelhante: passamos por suas paredes e corredores tangenciando obras importantíssimas (embora outras nem tanto) às centenas, aos milhares, sem ao menos nos darmos ao trabalho de olhar para os lados. Resultados, com certeza, de um excesso de simbolismo e de comunicação!

Esta é talvez uma tendência da cultura nas sociedades superavitárias, que a sociedade industrial e de consumo leva ao extremo: vir a ser proliferada, efêmera, enormemente multiplicada, gigantesca, abstrata, fora da “escala do humano” - para lembrar em outro contexto a feliz expressão de Lewis Mumford. Mas ao mesmo tempo esta cultura superavitária será banal, será comum, vulgar, desvalorizada. Será profana, descartável, desprezível, desprezada... A cultura da sociedade superavitária constitui um simbolismo que pode, ou melhor, que deve ser descartado ao sabor das modas, sepultado de acordo com a obsolescência programada e com a perempção simbólica, rejeitado consoante as necessidades de distinção social e as preferências pessoais de seus *consumidores*. Paradoxalmente,

na sociedade superavitária, montanhas e montanhas de lixo cultural!

Acontece que o lixo cultural gerado pelas sociedades superavitárias acaba com frequência absorvido por aquelas sociedades que, na situação B, estão em dificuldade para viabilizar suas próprias culturas. Por caminhos e ritmos diversificados, até mesmo pessoas que habitam aldeias pequenas e geograficamente longínquas podem no íntimo do ambiente doméstico e familiar receber as mensagens das sociedades superavitárias. Nos dias de hoje esta disseminação tem sido um dos papéis fundamentais dos meios de comunicação. A voracidade com que estas mensagens em geral são absorvidas é infelizmente muito fácil de compreender: tendo que realizar cortes em sua produção de segundo plano, ansiosamente as sociedades em situação deficitária se transformam em consumidoras, em receptáculos da sobra cultural, em desaguadouro dos chorumes de segundo plano que escorrem das sociedades superavitárias. É por este caminho que as aldeias passam a tomar como referência as pequenas cidades e estas a se espelhar nas metrópoles. As zonas rurais vão tomando as cidades como modelo e o camponês começa a se mirar no operário. Este último cada vez mais almeja ser como o burguês. No plano internacional, igualmente, muitos países subdesenvolvidos sonham em atingir a “civilização”. Lixo de uns, luxo de outros. Na raiz, isto se dá porque o humano é por excelência um ser que vive de simbolismo. E, em princípio, de qualquer simbolismo.

Esta absorção de refugos pode ser verificada, por exemplo, nas bibliografias universitárias dos países do Terceiro Mundo, quase todas estrangeiras. Pode ser constatada nos filmes a que assistimos em cinema ou televisão, em geral enlatados procedentes de sociedades superavitárias. Pode ser percebida nas modas e mesmo na alimentação, passando por objetos que povoam os quotidianos, como automóveis, eletrodomésticos, refrigerantes ou gomas de mascar. Pode ser testemunhada no *Halloween*, que a cada nova geração vai substituindo festas como o Cosme e Damião nas grandes cidades brasileiras, ao que parece até mesmo com o incentivo das escolas. Pode ser registrada também nos pensamentos, nos sentimentos, nas posturas e disposições corporais, nos desejos íntimos ou manifestos. O mais crítico é que com a absorção desses objetos ou frações de comportamentos, nas sociedades deficitárias, em geral incorporam-se igualmente os complexos de valores e de condutas que lhes estão associados: o *fast-food*, por exemplo, compete com as refeições tradicionais realizadas em família e com toda a ritualidade que lhe é inerente (e não há como ser diferente, pois entre os dois há completa incompatibilidade na valorização do tempo e das relações humanas).

Mas esta recepção não se limita ao segundo plano. De seu contato com os superavitários muitas vezes os segmentos deficitários absorvem também algum lixo de primeiro plano. Por este caminho, muitas vezes adquirem também a obesidade e as doenças crônicas e degenerativas que, em vez de substituir, passam nestes segmentos a coexistir com os corpos esqueléticos, com a vida encurtada, com as doenças parasitárias e infecciosas. Na história do Ocidente foi quase sempre por esta absorção ambivalente que as sociedades superavitárias garantiram sua situação de privilégio e de poder.

O intercâmbio entre sociedades nada tem de problemático quando as condições em que se dá são equilibradas e igualitárias. Muito pelo contrário. Mas

para as sociedades que estão na situação B a absorção desses elementos simbólicos vindos do exterior significa muitas vezes que elas se submetem a uma segunda, a uma dupla amputação. Além de já se terem auto-sacrificado relativamente ao primeiro, começam a suprimir também as suas identidades ao abdicarem de seu segundo plano. Isto é, ao absorverem códigos de outros, começam a se dizer de modo crescentemente inaudível: “nós” não somos como “nós”, mas como “eles”; somos como aqueles que se vestem daquela maneira, como aqueles que falam daquele modo, que têm aquele estilo de cantar e de dançar - como “aqueles” é que queremos ser... Por esta estrada, os talhos da amputação vão ficando cada vez menos dolorosos, o processo de necrose de si vai se expandindo, tornando-se sempre mais indolor e o “nós” vai se transformando insensivelmente em “eles”: no final hipotético desse processo, a *diferença* certamente continuará existindo, pois este é um componente inabstraível de toda sociabilidade; mas dificilmente se poderá dizer o mesmo da *alteridade*. Ainda pior, nos nossos tempos essa dinâmica etnocida se realiza muitas vezes sob os aplausos daqueles que reconhecem nela os ‘progressos inevitáveis’ da ‘evolução’, do ‘mercado’, do ‘liberalismo’, da ‘pós-modernidade’, da ‘globalização’...

Contudo, é indispensável que nos lembremos sempre de que existe também o movimento contrário, que é contrapartida perfeitamente lógica e politicamente compreensível deste primeiro. Refiro-me a movimentos que pretendem a reintensificação do “nós”, a movimentos que muitas vezes se opõem ao anterior com a mesma veemência deste e que se põem a gritar pelos meios mais variados: “Não, nós não somos, não queremos ser isso!”, “É isso que nos ameaça. É isso que precisamos destruir”. Esta é a segunda face, historicamente talvez cada vez mais afirmativa deste mesmo fenômeno etnocida do qual costumamos considerar, apreciar e desejar apenas a primeira. São aquilo que chamamos de “minorias” ou de “fundamentalistas”: povos que na Europa, na Ásia, na África, na América reivindicam suas antigas e futuras autenticidades; pessoas que clamam por suas alteridades, sobretudo nas classes oprimidas.

A estes povos e pessoas que preferem ter como modelos os pais, os avós e os ancestrais, freqüentemente acusamos de serem “retrógrados”, “medievais” ou “fanáticos”. Não nos lembramos que este mesmo rótulo poderia ser apostado a nós mesmos por pessoas de outras culturas e por advogados de outras causas. Isto aconteceu comigo na França ao perguntar de boa fé a um colega de universidade se ele não concordava que as pessoas em sua terra, o Irã, estavam sendo fanáticas pela religião na época da revolução que depôs o Xá. Respondeu-me com outra indagação, para a perplexidade de quem como eu jamais pensara que poderia vir a ser alvo de juízo semelhante, pergunta que me serviu de belo ensinamento: “E você não concorda que em sua terra, o Ocidente, as pessoas estejam sendo fanáticas demais pela economia e pelo progresso?”. Talvez insensivelmente tendamos a considerar que ‘fanático’ seja apenas o diferente de nós.

*

É preciso não nos esquecer de que uma terceira maneira de as sociedades serem felizmente existe. Trata-se de um modo de coexistir em que as “relações exteriores” não são sistematicamente deficitárias nem superavitárias. Sociedades que encontram equilíbrio ou mesmo, eventualmente, certos desequilíbrios em sua

coexistência com outras sociedades. Mas estes são reversíveis, passíveis de serem recuperados e transformados. Longe da hostilidade dos homens, essas sociedades também estão distanciadas da agressividade das plantas, dos animais e dos elementos.

Em sociedades desse tipo o primeiro plano traduz-se de modo singelo na simples saúde orgânica. Os corpos não revelam os excessos que conhecemos e que podemos ver simbolizados em vários tipos de obesidade. Aliás, tais corpos nos ensinam como, simbolizados por esta forma específica de patologia do consumo e do acúmulo, que é a obesidade, esses excessos estão muito bem representados. A obesidade real ou simbólica sempre coexiste com suas contrapartidas necessárias: as fomes, que lhes são intrínsecas, e as misérias, que invariavelmente decorrem ou decorrerão dos privilégios de alguns. Nessas sociedades de equilíbrio do terceiro plano, a vida humana pode ter uma duração média que dificilmente seria satisfatória para pessoas acostumadas às expectativas acumuladoras de quem é superavitário. Mas não será a vida encurtada e esquelética dos explorados, nem a vida artificialmente prolongada por estas parafernalias hospitalares que vêm produzindo verdadeiros matusaléns de laboratório.

A dimensão simbólica dessas sociedades é o foco principal de nosso interesse. Aqui, nada de insuficiente ou de carente. Nas sociedades equilibradas em suas relações com outros grupos humanos o plano simbólico está saudavelmente “na escala do humano”. Parece que intuem que mais e mais informação acaba sendo sinônimo de menos e menos informação. Assim, não encontramos a cultura cancerosamente proliferada das superavitárias, em que existem mais sinais do que sentidos e que faz do simbolismo algo inflacionado, banal e descartável. Nas sociedades que vivem na situação C, o segundo plano existe de maneira próxima, cotidiana, familiar, terra-a-terra, aqui e agora. Mas ao mesmo tempo contém toda a intensidade que o simbolismo pode ter. Essencialmente aquilo que este simbólico rejeita é ser desprezável, descartável, substituível. Não se destina a ser sobra, nunca é vivido como lixo cultural para exportar. Muito menos admite ser mera informação que circula rapidamente e que logo se vê substituída por simbolismos importados. Não se apresenta como mera abstração, remota, transcendental, indiferente. Não está fora dos seres humanos, como um “excedente”: pulsa neles, com eles, em seus corpos e mentes, como um coincidente. É consubstancial aos homens. Existe como vibração visceral.

Talvez este modo de ser soe como uma especulação remota, como fantasia romântica, como nostalgia utópica, para nós e para a maior parte dos habitantes de nossas modernas sociedades. É bem provável que muitas pessoas dentre nós não conheçam gente assim e é bem possível que nunca as tenham conhecido. Mas, de modo perfeitamente coerente, este desconhecimento é apenas mais um dado a confirmar na experiência pessoal a realidade gritante de um longo processo histórico. Já nos primeiros tempos da “conquista” da América, os cronistas foram quase unânimes em descrever um universo humano que o Velho Mundo já não conhecia mais e que alguns chegaram mesmo a confundir com o Paraíso perdido antes que os homens dele fossem expulsos. Basta lembrar que foi inspirado em relatos sobre os indígenas do Novo Mundo que Thomas Morus em 1516 escreveu a sua *Utopia*. Que foi deles que Vespúcio e Caminha teceram descrições tão idílicas

e que foi em maior parte sobre os testemunhos dos primeiros cronistas, viajantes e marinheiros a respeito desses povos que Montaigne antecipou o que ainda hoje é constatação (cada vez mais rara, é verdade) de muitos antropólogos quando insistem em nos falar de gentes espalhadas pelos recantos do planeta que nem são sistematicamente exploradoras nem sistematicamente exploradas.

Vale a pena lembrar o que, ainda no século XVI, Montaigne escreveu sobre os habitantes primordiais da América:

Esses povos não me parecem, pois, merecer o qualificativo de selvagens (...) As leis da natureza, não ainda pervertida pela imisção dos nossos, regem-nos até agora e mantiveram-se tão puras que lamento por vezes não os tenha o nosso mundo conhecido antes, quando havia homens capazes de apreciá-las. Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia... É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres (...) em matéria de trabalho só sabem da ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos (...) as próprias palavras que designam a mentira, a traição, a dissimulação, a avaréza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem. Quanto a República que imaginava lhes pareceria longe de tamanha perfeição! (...) Não entram em conflito a fim de conquistar novos territórios, porquanto gozam ainda de uma uberdade natural que sem trabalhos nem fadigas lhes fornece tudo de que necessitam e em tal abundância (...) Têm ademais a felicidade de limitar seus desejos ao que exige a satisfação de suas necessidades naturais (...) (1972: 106-8).

E relatando a experiência de nativos americanos que estiveram na França, Montaigne registra (idem, 109) a descoberta do poder e da desigualdade por estes:

Três dentre eles (...), ignorando quanto lhes custará de tranqüilidade e felicidade o conhecimento de nossos costumes corrompidos, (...) observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis mendigam às portas dos outros (...) e acham extraordinário

que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais.

Ainda há poucas décadas, nos anos quarenta, um jornalista que visitou os Xavante, no Brasil Central, escreveu que, embora não fossem gigantes como assegurava um boato que então corria, a presença física deles era admirável. Bronzeados, de estatura mediana, era possível divisar entre eles alguns realmente altos, enquanto outros eram baixos; mas a característica maior eram as excelentes proporções físicas, quase olímpicas – “Eles são fortes, vigorosos, atléticos” (Souza 1953, 99). No meio da década de cinquenta, outro visitante dos Xavante, desta vez um médico, a eles se refere observando que possuíam a conformação corporal que idealmente todo brasileiro deveria ter (Freitas Filho 1955, 165). Nos anos sessenta, quase vinte anos após os primeiros contatos, os depoimentos ainda falavam da saúde e da vitalidade exuberantes, da notável ausência de adiposidade, da musculatura bem desenvolvida e do belo porte corporal (Neel et al. 1964, 110). Contudo, conforme o belíssimo livro *The Xavante in transition* (Coimbra Jr. et al., 2004) ao qual devo essas informações, quando, nos anos setenta, aumenta o envolvimento da sociedade xavante pela brasileira, os corpos desses indígenas e suas condições de saúde começam a mudar para pior e vão aparecendo entre eles os males físicos que relatei como característicos de sociedades deficitárias. A estes vão se agregando também aqueles que são típicos de sociedades superavitárias.

Cito o caso dos Xavante, representativo de tantos e tantos outros, principalmente porque este povo acabou de ser objeto do estudo detalhadíssimo acima referido em que suas condições de saúde e seus modos de vida foram minuciosamente acompanhados por uma equipe multidisciplinar que os considerou em um período de quase cinco décadas. Rigorosamente, entretanto, não seria necessário ser antropólogo, médico ou qualquer especialista: bastaria ser um ente humano, como foi o caso de Montaigne, dos viajantes, dos marinheiros e dos cronistas, para constatar a olho nu que tanto a vida do primeiro plano das sociedades equilibradas, quanto a do segundo é muito mais viva, muito mais saudável, muito mais alegre, muito mais plena do que a da maior parte dos camponeses e operários submetidos a relações de exploração.

Refiro-me ao caso dos Xavante para lembrar que, apesar da decadência em relação a seus tempos tradicionais, ainda é possível ver claramente no simbolismo desses indígenas, nos rituais que praticam, na sua solidariedade social, que são muito mais satisfeitos consigo mesmos, que estão muito mais distanciados da miséria, do que se pode verificar com os camponeses da mesma região – que, paradoxalmente, seriam mais ‘evoluídos’, de acordo com o senso comum e sua concepção da história.

Embora estejam próximos das forças que garantem o primeiro plano, o que se verifica no Brasil e em quase todo o mundo é que em virtude de cruéis relações de poder a que estão submetidos os camponeses encontram-se ironicamente na contingência de se amputarem neste plano. Por conseguinte, é muito fácil compreender por que razão vir a ser brasileiro não constitua uma perspectiva compensadora ou promissora para sociedades indígenas que ainda estejam em

situação de equilíbrio quanto ao terceiro plano. Especulemos. Que destino lhes estaria reservado? O de ser camponês, como os camponeses brasileiros? Vir para as cidades e engrossar as legiões de mendigos das periferias urbanas internas e externas?

Seria, pois, importantíssimo cultivar a idéia de que existe uma sabedoria longínqua que nos vem de povos ancestrais e que os antropólogos podem transmitir, como porta-vozes, especialmente para as pessoas de nossa cultura, tão preocupada com as 'conquistas do progresso'. Esta sabedoria nos diz que existe um modo de vida possível e que este é o que presidiu a existência da humanidade quase sempre e durante a maior parte de sua história. O segredo desta sabedoria sempre foi muito claro: um terceiro plano de relações equilibradas - não sistematicamente ser explorado, não sistematicamente ser explorador. Desta sabedoria deveríamos ser aprendizes.

Referências:

COIMBRA Jr. et al. *The Xavante in transition*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

FREITAS FILHO, A. S. "Inquérito médico sanitário entre os índios Xavante". In *Relatório de atividades do Serviço de Proteção aos Índios Durante o Ano de 1954*. Rio de Janeiro: Serviço de Proteção aos Índios, 1955.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

MONTAIGNE, M. de. "Sobre os canibais". In *Ensaio*. São Paulo: Editora Abril, 1972.

NEEL et al. "Studies on the Xavante Indians of the Brazilian Mato Grosso. *American Journal of Human Genetics* 16:52 – 140, 1964.

SOUZA, L. 1953. *Entre os Xavantes do Roncador*. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1953.